

## **HISTÓRIA E ATUALIDADE DAS COLEÇÕES DE TIMOR NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

MARIA DO ROSÁRIO MARTINS \* e ANA RITA AMARAL \*\*

\* Museu da Ciência da Universidade de Coimbra/Centro de Investigação em Antropologia e Saúde

\*\* Museu da Ciência da Universidade de Coimbra

[martinsr@antrop.uc.pt](mailto:martinsr@antrop.uc.pt)

Integram atualmente o acervo de Antropologia do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra 150 objetos provenientes de Timor<sup>1</sup>. As coleções são constituídas, entre outras categorias, por têxteis, cestaria, utensílios domésticos e agrícolas, armas e apetrechos e instrumentos musicais.

A grande maioria das coleções timorenses entrou na Universidade, mais concretamente no Museu de História Natural, nos finais do século XIX, período histórico muito importante na constituição de coleções etnográficas em Portugal, particularmente em Coimbra (Martins, 1985: 126). É nesse mesmo período que se assiste à formação da primeira cadeira universitária de antropologia em Portugal, em 1885, bem como à especialização das disciplinas da história natural, o que viria a concretizar-se na separação das quatro secções – Botânica, Zoologia, Mineralogia e Paleontologia, Antropologia e Arqueologia Pré-histórica – cada uma com o seu professor/diretor responsável.

Não obstante esta caracterização geral, um conjunto pequeno de objetos, provavelmente de Timor, aparece registado em inventários anteriores a este período. O objetivo desta apresentação consiste em divulgar as principais coleções etnográficas provenientes de Timor existentes na Universidade de Coimbra, contextualizando-as histórica e institucionalmente, e aludindo às diversas formas de recolha e classificação destes objetos ao longo do tempo.

### **OS “OBJETOS ANTIGOS NO MUSEU” E OS INVENTÁRIOS COMO FONTES HISTÓRICAS**

Através dos inventários manuscritos do Museu de História Natural, nomeadamente de 1829, 1850 e 1881, podemos não só inferir sobre a existência mais recuada de objetos com proveniência atribuída a Timor, como compreender um pouco da história do próprio museu e das trajetórias dos objetos. Os inventários referidos correspondem todos a uma fase já tardia do Museu de História Natural da Universidade, formado em 1772 no seguimento das reformas pombalinas. Enquadradas no pensamento da época, as descrições reveladas pelos inventários refletem também as várias formas de articulação entre a produção do conhecimento científico

---

<sup>1</sup> Em 1999, a estimativa da coleção de Timor do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra rondava os 130 exemplares (Martins, 1999: 247). No entanto, projetos de investigação recentes bem como o tratamento do inventário informaticamente têm permitido identificar mais alguns objetos provenientes de Timor.

e as coleções museológicas. Estes inventários expressam, por exemplo, que só a partir da década de 1880 é que as coleções etnográficas passaram a ser reconhecidas e inventariadas autonomamente na Universidade de Coimbra, refletindo o acompanhamento da emergência disciplinar da antropologia. Esta análise histórica só se torna possível na medida em que os objetos são considerados fontes mutuamente constitutivas e intimamente relacionadas com as fontes textuais (inventários e arquivo em geral), cuja conservação é fundamental.

Na interpretação dos inventários antigos, dada a sua estrutura e caráter sumário, surgem frequentemente obstáculos na identificação retrospectiva dos objetos. Por norma, nestes registos os objetos aparecem em conjuntos, o que de certo modo reflete a classificação em séries, nas quais o objeto tinha um valor demonstrativo e metonímico, por oposição à singularidade das “curiosidades” que compunham outro tipo de coleções que não consideradas “científicas”. Certamente que, em alguns casos, tratando-se de exemplares ímpares (devido aos materiais constituintes, por exemplo), os objetos eram identificados individualmente. Todavia, estes inventários traduzem sobretudo uma preocupação de simples identificação, dado que as proveniências e os coletores nem sempre são enumerados.

Nos inventários antigos não existem referências explícitas a Timor, apenas algumas expressões identificam objetos de proveniência asiática, sendo as mais recorrentes as de “chineses” ou “chins”. Em 1829, encontramos também a expressão “Índios Asiáticos”; em 1850, “Índios da Azia”; e, em 1881, uma maior aproximação classificatória com as expressões “Malaios” e “malaio”.

### **INVENTÁRIO DE 1829**

Elaborado em 16 de outubro de 1829, por Joaquim José Barbosa, refere-se à “5ª Sala. *Espingardas antigas. Armas e utensílios dos Índios. Madeiras, cascas, raízes e outros produtos vegetais*”. Há uma predominância de referências africanas e sul-americanas, mas algumas entradas fogem a esta regra, nomeadamente as descritas como um “*guardanapo de palhinha dos Índios Asiáticos*”, “*cithara chinesa*”, o caso de uma “*concha cortada de modo a parecer uma colher*” que viria a ser identificada com Timor e ainda uma “*Taça com tampa feita do fruto de sapucaia*”, também identificada como sendo de Timor. No mesmo inventário, um pouco mais abaixo, está descrita uma outra “*Taça com tampa de beber água feita do fruto de sapucaia dos Índios do Pará: tem uma fratura*”, facto que nos leva atualmente a interrogar quanto à proveniência geográfica da supracitada taça de sapucaia.



Fig. 1 e 2. Boião feito de um fruto de sapucaia. ANT.T.54 (Timor?).

### INVENTÁRIO DE 1850

Assinado por Fortunato Rafael Pereira de Sena (Diretor), em 20 de julho de 1850, este inventário descreve muito sumariamente os conteúdos das várias salas do Museu de História Natural, repetindo alguma da informação constante no documento anterior. A “*Sala 8ª. Antiguidades. Objectos raros e curiosos, tanto da Arte, como da Natureza. Produções vegetaes da América e da África*” inclui mais referências ao Brasil e a África, bem como a alguns dos objetos anteriores dos “Índios da Ázia”, acrescentando novos arrolamentos com maior incidência da China como, por exemplo, “Barquinho de coiro Chinez”, “Par de çapatos Chinezes” ou “Jarras de louça chinesa pintada de diferente tamanho e feitio”.

### INVENTÁRIO DE 1881

O “*Inventário dos objectos existentes na colecção ethnographica do Museu em Novembro de 1881*”, apesar de ser mais específico relativamente à conceção dos objetos como “etnográficos”, omite quase todas as proveniências anteriormente referidas, numerando apenas os objetos e os materiais constituintes. Contém vários objetos novos de proveniência asiática e finalmente a alusão a “1 charuteira de Rotim (?), dos Maláios” e “1 sabre malaio. Off. pelo Snr. Victor da Costa Coimbra”, objetos ainda não identificados.

Este último inventário demonstra já um reforço significativo das coleções, nomeadamente através da doação de objetos por parte de governadores coloniais, como são os casos das doações pelo Governador de Benguela, Alfredo Augusto Pereira de Melo, em 1881 e pelo Governador de Macau e Timor, em 1879.<sup>2</sup>

### COLÓNIAS, ADMINISTRADORES, METRÓPOLES E MUSEUS

O modo de obtenção de coleções com base no estabelecimento de redes de relações entre administradores coloniais e os museus metropolitanos viria a intensificar-se ainda mais nas

---

<sup>2</sup> 1879 é um ano de transição de governadores e, como tal, tanto pode referir-se a Carlos Eugénio Correia da Silva (1876-1879) como a Joaquim José da Graça (1879-1883).

duas últimas décadas do século XIX. No caso da Universidade de Coimbra, foi uma consequência direta e deliberada das estratégias da Faculdade de Filosofia Natural, uma vez que já em janeiro de 1845 tinha sido proposto um pedido às autoridades das possessões ultramarinas para serem remetidas à Universidade coleções que lhe permitissem enriquecer o Museu de História Natural (Carvalho, 1872: 105-106).

### **JOSÉ ALBERTO HOMEM DA CUNHA CORTE REAL E AS REMESSAS DE MACAU E TIMOR**

É neste contexto que surge a maior coleção etnográfica de Timor existente em Coimbra, cifrada em 86 objetos<sup>3</sup>, resultante das relações estabelecidas entre um académico – Júlio Henriques – o qual viria a ter um papel fundamental na dinamização da história natural na Universidade (especialmente na área da botânica) e um elemento do Governo de Macau e Timor, o Secretário-geral José Alberto Homem da Cunha Corte Real, ele próprio natural de Coimbra e formado em Direito pela mesma Universidade.

Tendo em conta as circunstâncias históricas que unem Timor a Macau<sup>4</sup> e as motivações subjacentes à sua constituição, a coleção etnográfica de Corte Real deve ser considerada uma, contendo objetos de Macau e Timor (270 objetos figuram com este Coletor). O núcleo inclui várias categorias de objetos, como móveis, bengalas, gaiolas, chapéus, aparelhos de pesca e outros objetos fabricados em fibras locais como bambu, junco, ola, algodão e linho, para além de alguns exemplares dos conhecidos *tais* femininos de Timor.



**Fig. 3.** Chapéu, ANT.T.20



**Fig. 4.** Caixa com tabaco no interior, ANT.T.29

Entre 1880 e 1882, foram enviadas remessas a partir de Macau, compostas maioritariamente por produtos dos reinos mineral e vegetal, mas incluindo alguns objetos etnográficos de uso mais comum. As remessas foram enviadas para o Museu Colonial de

<sup>3</sup> Porque a análise da documentação nem sempre é conclusiva, 47 destes objetos permanecem registados com interrogação.

<sup>4</sup> Só em 1896 é que Timor viria a constituir uma província autónoma de Macau.

Lisboa (fundado em 1872) e para o Museu do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra.<sup>5</sup> Especificamente de Timor sabemos que as remessas chegaram apenas em 1882, tal como é descrito no *Boletim da Província de Macau e Timor*, onde foram publicadas as relações dos produtos enviados para os “Muzeus do Reino”.<sup>6</sup>

Ainda que inicialmente as recolhas tivessem sido dirigidas apenas a Macau, a Comissão de Corte Real acabou por estender a obra a Timor, cuja riqueza era tão ou mais urgente tornar conhecida. As coleções enviadas de Timor para Macau foram constituídas em três etapas, por comissões diferentes: há uma primeira tentativa de recolha em 1877, na sequência do confronto do Governador de Timor Hugo Goodair de Lacerda Castello Branco, relativamente ao não cumprimento de um decreto provincial que ordenava as autoridades a reunir uma coleção de produtos para o Museu Colonial. O farmacêutico Costa Duarte tinha sido enviado numa expedição com este intuito, mas o seu retorno foi uma desilusão (Roque, 2010: 109). Na segunda tentativa, o governador nomeia uma primeira comissão permanente (ativa entre 1879 e 1881), constituída por quatro elementos, entre os quais o Reverendo António Joaquim Medeiros, presidente da comissão, que tinha como objetivo a recolha de coleções de Timor e o seu envio para Lisboa, via Macau (Roque, 2010: 108). A segunda comissão permanente é nomeada em 1881, pelo então governador Cardoso de Carvalho, na sequência da dissolução da comissão anterior, sendo composta por quatro elementos, incluindo o secretário do governo, major José dos Santos Vaquinhas. Nesse mesmo ano, são enviados dez volumes com objetos para Macau, que incluíam aqueles recolhidos pela primeira comissão (Roque, 2010: 111). Esta foi a primeira de supostamente três remessas enviadas de Timor para Macau em 1881 (Roque, 2010: 112). A segunda, que chega a Macau em novembro, tinha sido reunida pela comissão de Vaquinhas e era valiosa em “agricultura, mineralogia e florestas”. Apesar de instruções e interesses em contrário, não seriam enviadas mais coleções.

Depois de chegados a Macau, a comissão de Corte Real deveria avaliar o estado de conservação dos espécimes, reorganizá-los e embalá-los para a viagem até Lisboa. Antes do envio, os objetos integraram duas exposições nas salas do Leal Senado (1880, 1882), nas quais foram proferidos alguns discursos públicos chamando a atenção para a importância do empreendimento coordenado por Corte Real e dos produtos enquanto mensageiros do apelo e do potencial de prosperidade que motivava os agentes coloniais no terreno.

---

<sup>5</sup> Em virtude da formalização da Comissão de recolha dos produtos, o Museu Colonial de Lisboa passou a ser contemplado como destino de uma parte das remessas, apesar dos contactos entre Júlio Henriques e Corte Real serem anteriores.

<sup>6</sup> A clarificação desta informação é posterior ao Catálogo-Inventário (Amorim E Morais, 1955), pelo que pode contrariar a informação aí contida.

A primeira exposição culminou com um discurso do advogado António Joaquim Bastos Júnior, propondo a criação de um museu municipal (Corte Real, 1883: 25). Na segunda, o próprio Corte Real, na qualidade de presidente da comissão coordenadora, menciona a importância de chamar a atenção da Metrópole para o desenvolvimento do comércio, navegação e indústria daquelas colónias. Nas palavras de Corte de Real:

“Estes trabalhos, destinados a pôr debaixo dos olhos do paiz, do seu commercio, dos seus capitalistas, dos seus homens públicos, da sua imprensa, os objectos que constituem a riqueza natural, industrial e commercial, tanto de Macau como de Timor, haviam de por força ser um meio poderoso para despertar attenção pública, então parece que completamente adormecida, acerca de muitas e graves questões própria e associadas d’esta colónia theoricas e practicas, económicas e políticas, que estavam por estudar e por decidir, e facilmente acudiam ao espírito de quem reflexionasse attentamente por alguns instantes sobre a verdadeira situação d’estas duas partes tão valiosas da monarchia” (Corte Real, 1883: 18-19).

O próprio governador, Joaquim José da Graça, já antes tinha afirmado algumas destas ideias:

“Considerando que para se reatarem os laços commerciaes entre Macau e o Reino muito convém serem conhecidas as qualidades, applicações e preços dos productos da industria e commercio d’este mercado, o que melhor se pode conseguir expondo-os nos museus, destinados a reunirem as amostras das riquezas em que as colónias abundam” (Graça, 1880: 171).

Em Coimbra, Júlio Henriques (1883: 65) dá conta da chegada das coleções através da publicação de um artigo na revista *O Instituto*, intitulado “O Museu Botânico da Universidade e as Collecções de Productos de Macau e Timor”. Aí descreve a sua relação com Corte Real, que homenageia, concluindo que “Só um exame minucioso de todos os objectos, e não a curta noticia que aqui posso dar, fará conhecer o valor da collecções offerecidas para o museu botânico da Universidade e o muito que se deve o zelo, dedicação e intelligencia do sr. J. A. Corte-Real”.

Nos documentos manuscritos existentes no arquivo constam diversas relações, obedecendo a um número de ordem cronológica, nomes ou designações dos exemplares e observações sobre os mesmos, assinadas por Corte Real. Noutras relações/faturas, o número de exemplares enviados é também indicado, mencionando a proveniência (Macau, Timor ou Japão). É referido que se encontravam distribuídos por trinta e duas caixas, identificando-se muitos deles pela sua breve e sumária descrição. Alguns nunca chegaram ao destino ou infelizmente desconhecemos o seu paradeiro (Martins, 1999: 249).

A história das trajetórias dos objetos torna evidente que estes atravessaram vários processos de inventariação e classificação, nomeadamente: aquando da sua recolha pelas várias comissões no terreno (1879-1882); pela Comissão de Corte Real em Macau antes do envio das remessas para Portugal (1882); por Júlio Henriques aquando da entrada das coleções no Museu Botânico (ainda em 1882); por ocasião do trabalho que viria a resultar na publicação do *Catálogo Inventário do Museu de Etnografia do Ultramar do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra*, em 1955; e em diversos momentos posteriores. Muitos contêm ainda vestígios materiais desta circulação, como podemos verificar através de etiquetas com numeração e informações diversas relativas aos usos e/ou materiais constituintes.



Fig. 5. Frasco com cauris, ANT.98.5.3'



Fig. 6. Caixa

Como o próprio Júlio Henriques afirma, as coleções de Macau e Timor foram posteriormente divididas, consoante a sua natureza, pelos vários gabinetes do Museu de História Natural: “Além dos objectos que se encontram no Museu Botânico, outros muito importantes foram offerecidos para o Museu de História Natural, taes como aves e outros animais, armas, mineraes, e uma grande collecção de craneos de indígenas de Timor” (Henriques, 1883: 65).<sup>7</sup> Tal prática era relativamente comum na época. Uns anos mais tarde, o mesmo Júlio Henriques, no *Relatório do Professor da Cadeira de Botânica (Ano Lectivo 1895-1896)*, narra a distribuição dos produtos provindos da Exposição Insular do Porto, indo os minerais para o Gabinete de Mineralogia e “os produtos das indústrias africanas” para o Gabinete de Antropologia da Universidade, incluindo também o envio para vários estabelecimentos de ensino, como a Escola Politécnica de Lisboa ou o Instituto Agrícola e Escola Normal do Porto (Henriques, 1896-97: 326). A Exposição Insular e Colonial do Porto conduz-nos à apresentação de outra coleção com objetos de Timor.

<sup>7</sup> Atualmente decorrem esforços no sentido da identificação das coleções históricas existentes na Botânica de forma a se poderem vir a cruzar com as existentes na Antropologia.

## CYPRIANO FORJAZ

A coleção de Cypriano Forjaz<sup>8</sup> conta com 11 objetos e inclui têxteis (1 pano, 2 cintos, 1 pente de tear), alfaias agrícolas (5 lâminas de sacho), 1 manípulo católico e 1 maca de campanha. Aparece pela primeira vez registada no Catálogo-Inventário de 1955, com a informação da doação dos exemplares em 1886.<sup>9</sup>



Fig. 7. Cinto, ANT.T.11



Fig. 8. Cinto, ANT.T.12

Entre meados das décadas de 1880 e de 1890, Cypriano Forjaz desempenhou alguns cargos ligados à administração local, nomeadamente o de Secretário-geral e de Governador de Timor. O seu nome aparece também associado à grande *Exposição Insular e Colonial Portuguesa*, realizada no Palácio de Cristal, no Porto, em 1894 (Martins, 1985: 122). O objetivo desta exposição enquadrava-se no mesmo espírito que tinha norteador a criação do Museu Colonial de Lisboa (1872) e das remessas organizadas por Corte Real. Através da exposição dos produtos e matérias-primas oriundos dos territórios coloniais e ilhas adjacentes, procurava-se estimular o seu desenvolvimento, especialmente no sentido comercial. As exposições coloniais e industriais, à escala mundial ou regional, eram eventos muito comuns entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, contribuindo para a origem da incorporação de conjuntos significativos de objetos que vieram a engrossar muitos acervos museológicos, nomeadamente os de Coimbra.<sup>10</sup>

Na qualidade de Presidente da Subcomissão de Timor da *Exposição Insular e Colonial* e de expositor individual, Cypriano Forjaz elaborou uma carta que acompanhou as remessas de Timor para a exposição, manifestando o seu desagrado perante a insuficiência da representação daquele país, em resultado das condições de recolha: “a falta de pessoal que

<sup>8</sup> Nome completo Cipriano Forjaz Pereira Sampaio.

<sup>9</sup> No objeto ANT.T.1.

<sup>10</sup> Para além de Macau e Timor, Coimbra recebeu vários objetos providos da *Exposição* de 1894, em representação de outras colónias. Ver Coletores “Comissão Promotora da *Exposição Insular e Colonial Portuguesa*” (2 objetos da Guiné) e “Comissão Promotora de Angola” (2 objetos de Angola), bem como expositores individuais, como por exemplo, Alberto Correia.



me coadjuvasse, porque toda a subcomissão, por assim dizer, fiquei eu sosinho, não permitiu que a organização e aquisição de productos d'esse districto fosse tão completa como eu desejava e era conveniente que fosse” (Carta enviada de Díli para Portugal, 3 de fevereiro de 1984, cit. in Catálogo, 1894: 384).

Para além da falta de pessoal, Forjaz expõe mais algumas limitações decorrentes principalmente das más colheitas do final do ano de 1893 e da epidemia de cólera (Catálogo, 1894: 384). A insuficiência das recolhas e da exibição dos produtos de Timor na Exposição era uma questão grave para Forjaz, pois considerava o território de Timor tão fértil quanto inexplorado e sobretudo desconhecido dos portugueses (Pereira, 2005: 340).

Os exemplares exibidos à sua responsabilidade são representativos das principais categorias de objetos timorenses com interesse etnográfico, como são os têxteis (incluindo um tear, nº 743); caixas feitas em folhas de palmeira (nº 746); tambores (nº 747); armas (espadas, azagaias, flechas e respetivos arcos, nº 748); brincos e pulseiras em prata (nº 749).<sup>11</sup> Desconhecemos se os objetos enviados para Coimbra em 1886 vieram a integrar esta exposição realizada em 1894 ou mesmo se alguns dos objetos timorenses não identificados têm esta proveniência, como é o caso do tear manual mostrado na Figura 9. Mais uma vez estamos perante um colecionador que, em 1886, para além do Museu de História Natural de Coimbra (Martins, 1999: 247-250), também coligiu exemplares similares para o Museu da Sociedade de Geografia (1886) e para o Museu Colonial de Lisboa, conforme descrito por Pereira (2005: 341).



**Fig. 9.** Tear manual, ANT.T.117

## **CIPRIANO JARDIM E A PESQUISA GENEALÓGICA**

<sup>11</sup> Números estes atribuídos no referido catálogo.

Cipriano Jardim<sup>12</sup> ofereceu ao Museu de História Natural da Universidade 4 objetos de Timor (utensílios domésticos em madeira), registados e publicados em 1955, sem esclarecer a data. Ainda que posteriormente se tivesse identificado 1886 como ano de incorporação, tal informação não foi possível de confirmar e permanece com interrogação.



Fig. 10. Tigela, ANT.T.50



Fig. 11. Prato com tamp

O caso de Cipriano Jardim é demonstrativo da relevância da diversificação dos meios de pesquisa no estudo de coleções, nomeadamente no que respeita à pesquisa genealógica. Trata-se de um tipo de investigação cujas fontes não se encontram sistematizadas e muitas vezes são pouco acessíveis. No caso da coleção de Cipriano Jardim interessava contextualizar dois aspetos: a) a relação com a Universidade de Coimbra (que justificasse a sua identificação no catálogo); b) a sua relação com Timor (que justificasse a proveniência dos objetos).

Após alguma pesquisa foi possível constatar que estas relações não se estabelecem diretamente. Ao contrário do que se poderia pensar e até prova em contrário, Cipriano Jardim, natural de Coimbra, nunca esteve em Timor. Chegou a ocupar o cargo de Governador de S. Tomé e Príncipe entre 1895 e 1897<sup>13</sup> e escreveu textos dramáticos e contos.

A resposta às questões colocadas fez-se por via genealógica, segundo a obra de Sacadura Falcão (1984) dedicada à família Pereira Jardim. Em primeiro lugar, no que toca à relação com Coimbra, Cipriano Jardim era filho de Manuel dos Santos Jardim (1818-1887), 1º Visconde de Monte São<sup>14</sup> e lente da Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra, da qual chegou a ser Diretor. Manuel dos Santos Pereira Jardim foi inclusivamente diretor do Gabinete de Geologia, Mineralogia e Paleontologia. Enquanto filho primogénito, Cipriano Jardim herdou o título de 2º Visconde de Monte São.<sup>15</sup> Fez o curso de bacharelato em Matemática na

<sup>12</sup> Nome completo: Cipriano Leite Pereira Jardim.

<sup>13</sup> Informação retirada da Wikipédia: Lista de Governadores de S. Tomé e Príncipe. Necessita confirmação.

<sup>14</sup> Por decreto de D. Luís de 28-12-1871. Foi também Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Par do Reino e comendador da Ordem de Nª Sª da Conceição de Vila Viçosa (Falcão, 1984: 100).

<sup>15</sup> Por decreto de D. Carlos de 05-03-1903. Foi também Fidalgo da Casa Real e Par do Reino, comendador da Ordem de Aviz, oficial de Santiago da Espada, cavaleiro da Legião de Honra, da França, condecorado com a cruz de 3ª classe do Mérito Naval, de Espalha, general de divisão (Falcão, 1984: 102).

Universidade e foi sócio da Academia Real das Ciências. Sacadura Falcão (1984: 102) refere-o como *notável homem de ciência*, autor do *método para a direção dos balões*.

Quanto ao segundo aspeto, a justificação da origem geográfica das peças, encontramos numa outra linha familiar, radicada na Figueira da Foz, um primo do seu pai, João dos Santos Pereira Jardim (1818-1888)<sup>16</sup>, oficial da Marinha, que chegou a ser Governador do Distrito do Congo (1901-1902)<sup>17</sup> e fez duas apresentações sobre Timor na Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz, a saber: *Notas ethnographicas sobre os povos de Timor* (Jardim, 1899-1903a), com apresentação de A. Santos Rocha; e *A cerâmica em Timor* (Jardim, 1899-1903b).

Seria necessário investigar mais profundamente o cruzamento entre estas biografias para compreender melhor a circulação dos objetos. Deixamos em aberto a possibilidade destes quatro objetos terem integrado a coleção de João dos Santos Pereira Jardim (atualmente no Museu Municipal Dr. Santos Rocha) e, pelas relações familiares, ficarem na posse de Cipriano Jardim (seu primo de segundo grau) que optou por doá-los à Universidade, da qual se encontrava próximo, não só pela sua formação, como pelo cargo ocupado pelo pai e por vários outros familiares diretos.

---

<sup>16</sup> Natural da Figueira da Foz, filho de José dos Santos Pereira Jardim. Casou com D. Ana Rosa Rodrigues da Maia em 1877, com quem teve oito filhos (dois foram viver para o Brasil; uma casou com um comerciante do Congo Francês; um, homónimo, nasceu em Daomé) (Falcão, 1984: 91-93).

<sup>17</sup> Informação retirada da Wikipédia: List of colonial and provincial heads of Cabinda. Necessita confirmação.

### ELÍSIO F. DE AMORIM PESSOA E OS “VAZIOS”

Registado no Catálogo-Inventário de 1955, sem informação de data, encontramos um objeto (um *Tais*, ANT.T.10), cuja única informação é a do nome do seu doador – Elísio F. de Amorim Pessoa – sobre o qual também não se encontraram até agora quaisquer informações.

Do total de 150 objetos da coleção de Timor, cerca de 27% (40) não possui qualquer identificação relativamente a coletores, datas ou motivações de recolha. A existência destes “vazios” não constitui, no entanto, uma especificidade desta coleção. É uma característica comum, constante nos acervos museológicos, que torna o seu estudo um desafio permanente. A ausência de informações que permitam reconstituir a sua biografia não é impeditiva, no entanto, da valorização dos objetos ao longo da sua vida museológica. É o caso do escudo ANT.T.94, identificado pela primeira vez no Catálogo-Inventário de 1955, apenas com indicação de local de origem, mas cujas características materiais e simbólicas o tornam numa peça singular.



Fig. 5 e 6. Escudo e pormenor, ANT.T.94

### A CIRCULAÇÃO DAS COLEÇÕES DE TIMOR NO FINAL DO SÉC. XIX: REDES DE OBJETOS, PESSOAS E INSTITUIÇÕES

O último quartel do século XIX foi indubitavelmente um período muito fértil na constituição de coleções etnográficas de origem colonial. O trânsito de objetos assentava numa rede de pessoas e instituições (museológicas e/ou académicas) distribuída entre as principais cidades portuguesas e as várias províncias ultramarinas. Muitos destes objetos

passaram inclusivamente por algumas das exposições coloniais, nomeadamente a do Porto, antes de entrarem definitivamente nos museus.

Quase já em tom de conclusão, elaborámos um esquema que procura condensar a história do grosso das coleções etnográficas de Timor na Universidade de Coimbra, salientando precisamente essas relações.

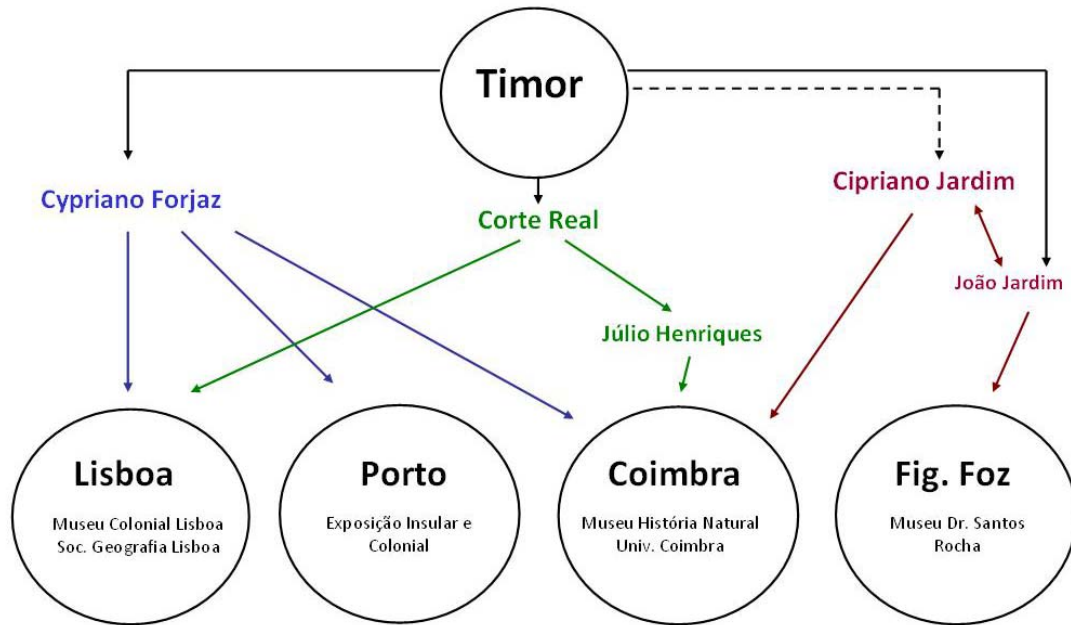


Fig. 7. Esquema do percurso das coleções provenientes de Timor para algumas instituições portuguesas no final do século XIX

## CONCLUSÃO

O estudo das coleções e dos arquivos, pela sua heterogeneidade e pela sua circulação, torna-se definitivamente mais rico a partir de perspetivas interdisciplinares e interinstitucionais. A disponibilização *online* dos inventários museológicos, como é o caso do Museu Digital da Ciência da Universidade de Coimbra, ainda que possa ser muito parcial ou sumária, constitui uma ferramenta incontornável para uma primeira aproximação não só à história das coleções etnográficas em Portugal como ao reconhecimento do património timorense.

Pelo que nos é dado a constatar, têm sido escassas as iniciativas de divulgação das coleções de Timor. No caso de Coimbra, podemos destacar, em 1999, a exposição “Os Espaços de Um Império” e o respetivo catálogo, organizados pela Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, que permitiram dar a conhecer uma parte desta coleção, especialmente as remessas constituídas por Corte Real; um ano antes, na

Expo'98, a exposição "Mar de Timor, Mar de Paz" incluiu quatro objetos das coleções da Universidade.

Para finalizar, deixamos aqui o nosso apelo ao desenvolvimento de futuros projetos de investigação e exposição que incluam coleções afins dispersas por diversos organismos.

### CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Museu da Ciência da Universidade de Coimbra (Carlos Barata, José Meneses, Ana Rita Amaral).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de (1872), *Memoria Historica da Faculdade de Philosophia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

AMORIM, Fernando Bayolo P. e MORAIS, Maria Helena Xavier de (1955), *Catálogo Inventário do Museu de Etnografia do Ultramar do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra*. Estudos de Etnologia: Anais, vol. X, Tomo I. J.M.G.I.U.

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO INSULAR E COLONIAL PORTUGUEZA (1894), *Palácio de Crystal Portuense*. Lisboa: Imprensa Nacional (capa 1896).

CORTE REAL, José Alberto H. C. (1883), "Macau e Timor. Remessa de Productos. Exposição em Macau", *O Instituto*, XXX: 15-26.

CORTE REAL, José Alberto H. C. (1882), "Relatorio", *Boletim da Província de Macau e Timor* de 8 de Março de

FALCÃO, Sacadura (1984), "A Família Pereira Jardim", *Armas e Troféus, Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, Série V, Tomo V, Jan-Dez, nº1, 2, 3: 81-118.

GRAÇA, Joaquim José da (1880), "Macau e Timor", *Boletim da Província de Macau e Timor* de 28 de Junho de 1880, Suplemento ao nº 26: 171-184.

GRAÇA, Joaquim José da (1882), "Governo da Província de Macau e Timor", *Boletim da Província de Macau e Timor* de 8 de Março de 1882. Suplemento

HENRIQUES, Júlio A. (1883), "O Museu Botânico da Universidade e as Collecções de Productos de Macau e Timor", *O Instituto*, XXX, 2: 60-65.

HENRIQUES, Júlio A. (1896/1897), "Relatório do Professor da Cadeira de Botânica concernente ao anno letivo de 1895/1896", *Anuário da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 323-337.

JARDIM, João (1899-1903a), "Notas ethnographicas sobre os povos de Timor", *Portugalia: Materiaes para o Estudo do Povo Portuquez*, tomo I, fasc. 1-4: 355-359.

JARDIM, João (1899-1903b), "A cerâmica em Timor", *Portugalia: Materiaes para o Estudo do Povo Portuquez*, tomo I, fasc. 1-4: 823-825.

LIST OF COLONIAL AND PROVINCIAL HEADS OF CABINDA (2009), Disponível em [http://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_colonial\\_and\\_provincial\\_heads\\_of\\_Cabinda](http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_colonial_and_provincial_heads_of_Cabinda) (último acesso em maio/2011).

LISTA DE GOVERNADORES DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2011), Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista\\_de\\_governadores\\_de\\_S%C3%A3o\\_Tom%C3%A9\\_e\\_Pr%C3%ADncipe](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_governadores_de_S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe) (último acesso em maio/2011).

MARTINS, Maria do Rosário (1985), "Coleções Etnográficas", in AAVV, *Cem Anos de Antropologia em Coimbra 1885-1985*. Coimbra: Museu e Laboratório

MARTINS, Maria do Rosário (1999), "Timor na Coleção do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra", in *Os Espaços dum Império (Catálogo)*. Lisboa: C.N.C.D.P, pp. 247-250.

PEREIRA, Maria Manuela Cantinho (2005), *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ROQUE, Ricardo (2010), *Headhunting and Colonialism: Anthropology and the Circulation of Human Skulls in the Portuguese Empire, 1870-1930*. Hampshire: P